



**O LUGAR DAS CRIANÇAS COMO COPESQUISADORAS:
REFLEXÕES E PROVOCAÇÕES**

***The place of children as co-researchers:
reflections and provocations***

Fernanda de Lourdes Almeida Leal
Doutora em Ciências Sociais - Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: fernandalealufcg@gmail.com

Wanessa Maciel Ferreira Lacerda
Mestra em Educação - Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: wa_maciel@hotmail.com

Rayffi Gumercindo Pereira de Souza
Mestre em Educação - Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: rayffi.ufcg@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v.2, n.13, p. 267-290, jul./dez. 2021

ISSN 2447-9837

RESUMO:

O artigo busca dar continuidade a reflexões já colocadas por pesquisadores/as no campo da investigação com crianças, sobretudo quando estas são tomadas como copesquisadoras em investigações científicas. Dialoga com concepções produzidas pela Sociologia, Antropologia e Pedagogia da Infância. Para estas, as crianças são sujeitos ativos e plenos, capazes de produzir suas próprias culturas infantis em relação com pares, adultos e objetos, sendo a infância compreendida como uma categoria social. Esse modo de compreender crianças e infância abre espaço para pesquisas que buscam produzir conhecimento *com e sobre* as crianças. Reconhece-se que já há um conjunto de reflexões que evidenciam diversos modos de se realizar investigações nessa direção. No entanto, considera-se que aprofundar o debate sobre o que já se encontra estabelecido, problematizando consensos, muitas vezes naturalizados, deve continuar sendo um dos papéis dos/as pesquisadores/as que investigam sobre/com crianças e suas infâncias.

PALAVRAS-CHAVE:

Crianças. Infâncias. Pesquisa. Ética.

ABSTRACT:

The article seeks to continue the reflections already put forward by researchers / the ones in the field of research with children, especially when they are taken as co-researchers in scientific investigations. It dialogues with conceptions produced by Sociology, Anthropology and Childhood Pedagogy. For these, children are active and whole subjects, capable of producing their own childhood cultures in relation to peers, adults and objects, when childhood is understood as a social category. This way of understanding children and childhood opens space for research that seeks to produce knowledge with and about children. It is recognized that there is already a set of reflections that shows different ways of carrying out investigations in this direction. However, it is considered that deepening the debate on what is already established, problematizing consensus, often naturalized, must continue to be one of the roles of researchers / those who investigate about and with children and their childhoods.

KEYWORDS:

Kids. Childhoods. Research. Ethics.



INTRODUÇÃO

O presente texto reflete acerca do crescente reconhecimento das crianças enquanto copesquisadoras, em investigações nas ciências humanas e sociais. No contexto das pesquisas educacionais, em especial, é cada vez mais recorrente a compreensão de que as crianças são sujeitos históricos, de direitos, protagonistas e de múltiplas linguagens. Assim, pensar sobre a criança no âmbito da pesquisa científica e das práticas cotidianas nos contextos coletivos é urgente e necessário, uma vez que, historicamente, não obstante o aumento da produção de conhecimento sobre elas e com elas, paradoxalmente, continuam a ser invisibilizadas e silenciadas (SARMENTO; PINTO, 1997; SARMENTO, 2007; QVORTRUP, 2010; JAMES, 2019).

Para tanto, é fundamental problematizarmos a partir de quais concepções pautam-se nossas reflexões e considerações neste texto, tendo em vista o objetivo de refletir sobre o lugar da criança nessas pesquisas e sobre a relevância de desenvolver metodologias de pesquisa que as evidenciem e respeitem como participantes ativas e protagonistas do seu próprio processo investigativo. É importante ressaltar que movimento semelhante tem sido realizado por pesquisadores/as das áreas basilares que fundamentam teoricamente nossas reflexões – Antropologia, Sociologia e Pedagogia da Infância (CARVALHO; NUNES, 2007; CORSARO, 2011; ROCHA, 2013).

Na contemporaneidade, é corrente a compreensão da infância como uma fase da vida dotada de especificidades e de fundamental importância para a constituição da identidade humana, tanto do ponto de vista subjetivo, quanto social. No campo educacional, tal compreensão tem levado educadores/as a dedicar esforços na busca por ampliá-la e estabelecer propostas educativas que considerem a especificidade da criança no âmbito de uma infância historicamente determinada (ROCHA, 2013).

Kramer (2006) aponta que vivemos um paradoxo: possuir conhecimento teórico sobre a infância e ter dificuldade em lidar com as populações infantis. Assim, refletir sobre esse paradoxo atualmente parece ser condição para se planejar o trabalho docente na creche e na escola. Além disso, a pesquisadora faz questionamentos fundamentais: como as crianças são percebidas pelos adultos? Na atual sociedade, qual o papel da infância? Como trabalhar com as crianças considerando seus contex-



tos de origem, seu desenvolvimento e o acesso aos conhecimentos, que são direitos sociais de todos?

Nessa direção, fazemos neste texto uma abordagem às concepções de infância e criança, entendendo ser de fundamental importância a compreensão destas, e por acreditarmos que é a maneira como a sociedade enxerga as crianças que irá definir a forma de concebê-las e lidar com elas.

Salles e Faria (2012) apontam a criança como como sujeito sócio-histórico e cultural, que tem desejos, ideias, opiniões, capacidade de decidir, criar, inventar, se manifestar desde cedo nos seus movimentos, nas suas expressões, no seu olhar, na sua fala. As leis educacionais vigentes, por exemplo, fomentam e asseguram direitos que devem ser iguais para todas as crianças do nosso país. Aqui, destacamos alguns desses marcos legais, tais quais: a Constituição Federal (CF/1988); a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBEN/ 2013); o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ 1990); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIS/ 2009); e a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCCEI/ 2017).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/ DCNEI (2009), encontramos a seguinte definição de criança:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 12).

A partir disso, admitimos que, do ponto de vista legal, há conquistas importantes no que tange ao olhar e à concepção de criança, que tem o direito de viver suas experiências conforme diferentes culturas, interferindo e reinterpretando-as, interagindo entre pares e com os adultos, brincando, imaginando, investigando, vivenciando experiências a partir dos elementos culturais.

No entanto, concordamos com Rosemberg e Artes (2012) quando afirmam que ainda existe uma grande contradição reveladora de que as políticas sociais para as crianças brasileiras estão fortemente tensionadas entre uma legislação avançada e um cenário de desigualdades de acesso aos bens materiais e às riquezas nacionais para os mais diversos grupos sociais, “o que dificulta, na prática, o reconhecimento e



usufruto do direito à plena cidadania por crianças de até seis anos de idade” (ROSEMBERG; ARTES, 2012, p. 16-18).

Concernente à infância, sabemos que o interesse dado a esse momento da vida humana é relativamente recente, pois o sentimento de infância nem sempre existiu. Ou seja, algo que parece ter se dado de forma natural foi, na verdade, constituído e produzido culturalmente e socialmente ao longo do tempo (ARIÈS, 1981), e continua a sê-lo nos dias atuais. Isso nos leva a entender e assumir uma concepção dinâmica de infância, que se faz numa categoria social e geracional, constituída pelas próprias crianças, através das relações delas entre si e com os adultos (COHN, 2005; QVORTRUP, 2010).

Entretanto, vale ressaltar que as concepções de criança como sujeito dinâmico e de direitos e de infância como categoria social nem sempre foram consideradas nos marcos legais e no senso comum. Após vastas e permanentes lutas, promovidas por movimentos sociais e por investigadores/as das infâncias de diversas áreas do conhecimento, algumas conquistas foram, aos poucos, contribuindo para que se reconheça que a criança precisa ser vista e tratada à luz de cuidados, atenção, valorização e acesso a direitos que lhe são assegurados em leis (BUJES, 2001).

Os estudos sociológicos e antropológicos da infância, bem como estudos desenvolvidos no âmbito educacional, têm caminhado no sentido de considerar e acolher as vozes das crianças, contribuindo para sua visibilidade, interessando-se por seus mundos sociais e culturais e apresentando seus modos singulares de sentir, pensar e agir sobre o mundo. Essas diferentes perspectivas, até pouco tempo, eram silenciadas e pensadas a partir de uma concepção única e universal de criança e infância (BORBA, 2006).

Segundo Sarmiento (2007), as representações da infância são geralmente caracterizadas pelos traços negativos, de ausência, incompletude e negação de características de um ser humano “completo”. Destaca-se assim a infância como a “idade do não”, isto é, do indivíduo que não pensa, não fala e não participa, o que é um ato simbólico que expressa o adulto-centrismo que atravessa a nossa sociedade historicamente.

Permeadas por subjetividades, as crianças possuem diferenças e diversida-



des; são completas, têm um corpo capaz de sentir, pensar, emocionar-se, imaginar, transformar, inventar, criar, dialogar (BARBOSA, 2014). Ou seja, elas estão imersas no mundo da cultura com suas formas de se expressar, tradições, costumes, histórias, objetos, modos de conviver, que são peculiares e ricos, de acordo com cada contexto e regionalidade (BUJES, 2001).

Tais compreensões acerca das crianças são cada vez mais compartilhadas e defendidas por pesquisadores/as das Ciências Humanas e Sociais, que procuram superar métodos tradicionais engessados de pesquisa. Ou seja, aqueles em que a criança é vista apenas “na condição de objeto a ser observado, medido, descrito, analisado e interpretado” (CAMPOS, 2008, p. 35).

Entretanto, vale ressaltar que não há e nem é possível haver um abandono ou uma negação das pesquisas que tomam as crianças como objetos, pois se assim ocorresse, não haveria possibilidade de alcançarmos respostas para tantas questões que envolvem as crianças e suas infâncias. O que se defende é que a criança seja reconhecida também como sujeito que pesquisa, e não somente de pesquisa. Cabe considerar que, no caso das pesquisas que as envolvem, as crianças possuem algo original para partilhar, explicitar e contribuir. Algo que os adultos não podem ofertar, por já não serem mais crianças e estarem afastados de suas infâncias pessoais (CARVALHO; NUNES, 2007).

Nessa mesma perspectiva, Souza e Castro (2008), ao considerarem as crianças como sujeitos de saberes, que precisam e devem ser assim reconhecidas e legitimadas, destacam a importância de se pesquisar *junto às* crianças e não apenas *sobre* elas. Caso contrário, corre-se o risco de, mais uma vez, incorporar as perspectivas adulto-cêntricas. Nesse sentido, no âmbito das pesquisas dessa natureza, é cada vez mais recorrente “a necessidade de um novo olhar, em um contexto de participação e empoderamento, do reconhecimento da importância da perspectiva e voz das crianças, além da valorização da originalidade de suas contribuições” (CAMPOS-RAMOS; BARBATO, 2014, p. 189).

Para que isso ocorra, talvez importe que o/a pesquisador/a esteja atento a alguns desafios postos nesse processo metodológico, que não é simples de ser desenvolvido, mas necessário. Campos (2008) levanta alguns desses desafios a que pre-



cisamos nos atentar na pesquisa científica com as crianças. São eles: tentar preservar ao máximo as qualidades dos fenômenos originais; elaborar tópicos/questões a partir do que emerge da experiência das crianças levando em conta seus conhecimentos prévios como ponto de partida no seu envolvimento com a pesquisa; e atentar para a relação desigual de poder entre adultos e crianças, que muitas vezes levam essas a darem respostas que considerem “certas” ou “aceitáveis”. Para isso, pensamos na constituição de pesquisadores/as que sejam parceiros/as, que falam de si próprios e desenvolvem um trabalho prévio junto às crianças para que haja uma melhor comunicação no momento da pesquisa.

Nas seções a seguir, iremos aprofundar questões colocadas aqui, com olhar mais voltado às pesquisas com crianças (CARVALHO; NUNES, 2007; FERNANDES, 2015; JAMES, 2019; MACHADO; CARVALHO, 2020). Em um primeiro momento, trataremos de aspectos como a relação entre as concepções apresentadas e o lugar ocupado por elas – desde a construção de objetos de pesquisa até a devolução dos resultados –, considerando, ainda, a ética na pesquisa e suas implicações. Posteriormente, questões tratadas nesta seção são retomadas em sentido provocativo, buscando ir além do que já está consolidado como avanço nas concepções e na pesquisa com crianças, interrogando sentidos compartilhados por pesquisadores/as, como a escuta das crianças e as relações de poder envolvidas nesse processo (SARMENTO; OLIVEIRA, 2020).

PESQUISA COM CRIANÇAS: ENTRE PROPOSITURAS E DESAFIOS

Tendo apresentado as concepções de crianças e de infâncias, passamos a refletir sobre a pesquisa com crianças, que demanda procedimentos metodológicos específicos, como a sua participação efetiva e a consideração dos aspectos éticos concernentes às pesquisas dessa natureza (ALDERSON, 2005).

A partir desses apontamentos surgem algumas questões que podem nos ajudar a pensar sobre os fios teórico-metodológicos que formam a tessitura das pesquisas com crianças, tais como: qual é a coerência entre fundamentos teóricos



e a prática de pesquisas? Qual é o lugar ocupado pelas crianças nos processos investigativos? Quais são as especificidades do percurso investigativo de pesquisas dessa natureza?

A pesquisa com crianças tem como pressuposto reconhecê-las como sujeitos coprodutores de culturas também responsáveis pela construção de diversos modos de infâncias (DELGADO; MÜLLER, 2005; FERNANDES, 2016). Assim, essas pesquisas assumem um compromisso de buscar impulsionar a construção de um movimento investigativo no qual as crianças sejam efetivamente sujeitos *das* e *nas* pesquisas, coparticipantes, que contribuem tanto quanto os adultos. Portanto, há um reconhecimento, uma consideração e uma valorização delas como atores sociais, que percebem, interpretam e (res)significam o mundo (ARENHART, 2016).

Nesse sentido, o que os estudos fundamentados nessa concepção têm proposto é que as crianças passem a ocupar o lugar de copesquisadoras (CHRISTENSEN; PROUT, 2002; KELLET, 2005; CAMPOS-RAMOS; BARBATO, 2014; ARENHART, 2016; SOUZA, 2019). Como consequência, mostra-se necessária a criação de novos procedimentos e parâmetros de pesquisa, nos quais as crianças tenham suas vozes e ações consideradas, social e cientificamente – assim como as das demais pessoas envolvidas nas investigações. Considerando isso, destacamos que essa metodologia reúne esforços para tornar a pesquisa um lugar de efetivação da participação e cidadania infantil (ARENHART, 2016).

Diante desse paradigma, é importante destacar a especificidade da dimensão ética que compõe as pesquisas dessa natureza (KRAMER, 2002). A participação de crianças nas investigações sobre temáticas que as envolvem coloca questões complexas, por vezes atreladas aos variados campos de sua vida individual e coletiva. Perguntamo-nos, por exemplo, como concretizar um percurso em que, de fato, sejamos menos adulto-cêntricos, respeitando a potência das crianças, levando em conta que elas podem contribuir cientificamente com as pesquisas, tanto quanto os adultos? Como fazê-lo sem correr o risco de deixar de reconhecer que elas possuem peculiaridades, e que, por isso, necessitam de parâmetros, escutas e disposições adequados e sensíveis para a sua participação em pesquisas?

Christensen, Prout (2002) e Arenhart (2016) ajudam-nos a refletir sobre essa



problemática, a partir do conceito de *simetria ética*, defendendo que os direitos éticos que existem no mundo dos adultos devem encontrar consonância no mundo das crianças, considerando as especificidades de ambos.

Podemos exemplificar a *simetria ética* com o atual uso do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O primeiro é destinado às crianças, após a apresentação do tema, dos objetivos, benefícios e riscos das pesquisas para elas; e o segundo é encaminhado para as famílias das crianças assinarem, autorizando a participação de seus filhos e suas filhas nas pesquisas, caso estes/as tenham aceitado participar anteriormente.

Nesse exemplo, que compõe um dos procedimentos metodológicos das pesquisas com crianças, podemos verificar um esforço para efetivação de uma paridade geracional no percurso investigativo, que não só considera a importância de expor às crianças a proposta de pesquisa antes de iniciar a investigação, como considera suas autorizações ou não autorizações, tão importantes e necessárias quanto a dos adultos. Desse modo, pretende-se contribuir com a constituição de princípios que tornem explícita a compreensão de que pesquisas assim não são espaços de relações de poder assimétricas, mas, cada vez mais, lugares de equidade relacional entre os sujeitos.

Por esse ângulo, compreendemos que a *simetria ética* se faz fundamental para que os/as pesquisadores/as assumam posturas investigativas que promovam a participação das crianças, sem deixar de respeitar suas culturas, seus tempos e ritmos; buscando não oferecer situações de constrangimento ou risco; evitando impor-lhes escolhas; preferindo seguir em diálogo respeitoso com elas; definindo caminhos, enxergando seus olhares, ouvindo-as, pensando propostas juntos/as, silenciando quando preciso; enfim, aprendendo com elas a avançar como pesquisadores/as em permanente formação, a partir das relações estabelecidas nas pesquisas realizadas (PENA; SILVA; LONTRA; TRUGILHO, 2019).

Tais investigações têm se preocupado em considerar as crianças, seus contextos e suas especificidades sociais, culturais, educacionais, raciais, de gênero e outras interseccionalidades. Além disso, durante o percurso investigativo, ao buscar-se tomar as crianças como sujeitos *na* e *da* pesquisa, é feito um movimento de busca pela valorização de uma escuta sensível, respeitosa e coerente das crianças, levando-se



em conta suas peculiaridades, observações e pontos de vista (CASTRO, 2019).

Porém, é necessário frisar que escutar as crianças em contextos de pesquisas sociais e educacionais, assim como na vida em geral, constitui-se em um grande desafio, já que vivemos numa sociedade adulto-cêntrica, que historicamente tem invisibilizado e silenciado as crianças. Reconhecê-lo nos leva a refletir sobre a importância do *como* escutar as crianças e *como* lidar com aquilo que escutamos delas no decorrer das pesquisas das quais elas participam ativamente. Também refletimos que adotar a concepção de *simetria ética* não significa compreender as relações entre pesquisador/a e criança como homogêneas. Os pertencimentos, as trajetórias, enfim, as diferenças não são apagadas. O que se propõe é a equidade nas relações estabelecidas.

As pesquisas têm apontado para a urgência de que o/a pesquisador/a busque elaborar caminhos que considerem os afetos, tempos, brincadeiras e demais aspectos que compõem os modos de ser das crianças, e que estes possam ser valorizados e respeitados durante os processos que antecedem, atravessam e resultam das pesquisas. Diante disso, perguntamo-nos: temos ouvido as crianças durante a busca por construir esses novos e necessários percursos? Como tem se constituído essa escuta? Prado (2011) nos aponta um caminho: essa escuta passa pelo modo como as crianças gostariam de ser escutadas, e devemos descobrir juntos como lidar com aquilo que escutamos.

Percebemos que a construção de um compromisso amplo com as crianças e as questões que as envolvem constitui um pressuposto fundamental para realização de pesquisas *com* elas. Ao atentarmos para problemáticas que impactam suas vidas e convertermos estas em objetos de estudo, assumimos uma postura coerente e ética desde o início do processo investigativo e que repercutirá em todo o restante do itinerário a ser planejado, ajustado e vivenciado (CAMPOS-RAMOS; BARBATO, 2014).

Assim, ao proporem-se pesquisas com crianças, frisamos a pertinência de buscarmos olhar para os olhares delas, intentando elaborar objetivos gerais e específicos que oportunizem considerar, de fato, suas expressividades, que são carregadas de saberes, percepções, interrogações, significações e hipóteses. O lugar de pesquisador/a que o/a adulto/a ocupa, em parceria com as crianças, reivindica que ele/a esteja



o tempo inteiro em vigilância, pensando com elas formas de estreitar os interesses investigativos de ambos.

De igual modo, surge a necessidade de pensarem-se procedimentos metodológicos que ultrapassem a mera submissão dos projetos de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisas (CEP), bem como assinaturas do TALE e do TCLE. A metodologia precisa se atentar à forma como devemos nos aproximar do campo de pesquisa e dos sujeitos que o compõem, especialmente das crianças, buscando eleger, produzir e fazer uso de instrumentos e estratégias de produção de dados, por meio dos quais as vozes e ações das crianças não deixem de ser alcançadas. Além disso, é importante considerar procedimentos de análise por meio dos quais seja possível tratar os dados produzidos com as crianças copesquisadoras (DORNELLES; FERNANDES, 2015; ARENHART, 2016; SARMENTO, 2011).

Desse modo, o processo passa a diminuir suas lacunas; muito embora devamos reconhecer que elas sempre existirão, em maiores ou menores níveis. Entretanto, percebe-se um cuidado em buscarmos ser leais ao nosso propósito de caminhar com as crianças nas pesquisas, não de maneira sazonal ou figurativa, mas real e significativa. Trata-se de um desafio constante, do qual não nos vemos livres; e devemos encará-lo como uma oportunidade multiplamente formativa.

Ainda destacamos o processo de devolução ou comunicação dos resultados das pesquisas, como uma última especificidade que consideramos significativa de pontuar nesta seção. Refletir sobre o processo de devolutiva é pensar também sobre a necessidade de reconhecer o direito que as crianças possuem – assim como os adultos – de acessar os acontecimentos que ocorrem durante as pesquisas, bem como os resultados finais. Nesse sentido, trata-se de mais uma ocasião em que os/as pesquisadores/as vivenciam uma experiência de pesquisa *sobre e com* as crianças, de maneira cuidadosa, e, simultaneamente, rigorosa (COHN, 2005; KRAMER, 2019).

A partir da próxima seção, aprofundamos questões relacionadas à pesquisa com crianças, no sentido de seguir problematizando nossas concepções e a forma como temos realizado sua tradução em práticas de pesquisa.



PROVOCANDO OUTROS OLHARES: AINDA SOBRE CRIANÇAS E PESQUISAS

Algumas ideias são recorrentes em abordagens que concebem a criança como sujeito ativo, pleno e protagonista das realidades em que se encontra. Essa concepção, como vimos, tem importância nas relações estabelecidas com as crianças e, de modo particular, na maneira de realizar pesquisa nas quais elas são participantes.

Consideramos que a enunciação desse modo de conceber as crianças e suas infâncias tem efeitos na produção de textos teórico-metodológicos que contribuem, por exemplo, no processo de construção do conhecimento sobre elas, em práticas de professores/as e profissionais que lidam com crianças, em investigações científicas e em legislações.

Para além da importância do lugar das crianças em concepções, práticas e legislações, trazemos para esse debate a necessidade de refletir de maneira mais radical sobre o alcance efetivo desses avanços nas pesquisas com crianças, sobretudo naquelas que as elegem como copesquisadoras ou como participantes ativas (CAMPOS-RAMOS; BARBATO, 2019). Como sabemos, essas práticas acenam para relações mais compartilhadas no processo de construção de conhecimento em que as crianças estão diretamente envolvidas, afastando-se de uma perspectiva de apenas gerar dados *sobre* elas e se aproximando da ideia de que esses dados também podem ser produzidos *com* elas. Isso ocorre na elaboração das estratégias de produção, na escolha das ferramentas metodológicas mais adequadas às crianças, no consentimento das mesmas para a participação nas pesquisas, e também na análise desses dados.

Todavia, parece-nos ainda necessário refletir sobre aspectos e realidades que se mantêm inalterados ou são relegados mesmo no tocante a esse novo lugar ocupado pelas crianças, apesar dos avanços observados. Em instigante texto produzido por Sarmiento e Pinto (1997), os autores reconhecem que vivemos um momento no qual “as crianças e as problemáticas relacionadas à infância estão na ordem do dia das agendas política, mediática e da investigação” (s/p). Porém, sublinham os paradoxos verificados em relação a essa reconhecida atenção dada às crianças e à infância. Conforme afirmam,



As crianças são tanto mais consideradas, quanto mais diminui o seu peso no conjunto da população. Este indicador demográfico, particularmente presente nos países ocidentais, por efeito coordenado do aumento da esperança de vida e da regressão da taxa de fecundidade, constitui, na verdade, o principal e decisivo factor da importância crescente da infância na sociedade contemporânea. Dir-se-ia que o mundo acordou para a existência das crianças no momento em que elas existem em menor número relativo (SARMENTO; PINTO, 1997, s/p).

Na continuidade de suas reflexões, os autores apresentam paradoxos relacionados ao lugar ocupado pelas crianças nos contextos políticos, conceituais, educacionais e dos direitos. Dos pontos de vista epistemológico e metodológico, eles apontam, no campo epistêmico, a concepção de infância como categoria social capaz de agregar sentidos de homogeneidade desse grupo, e a concepção de crianças como referentes empíricos, que apontam fatores de diferenciação e heterogeneidade. Quanto aos aspectos metodológicos, o foco está em “partir das crianças para o estudo das realidades de infância” (SARMENTO; PINTO, 1997, s/p). Partir das crianças, no entanto, não deve significar que as crianças, por si mesmas, possam dar conta de todas as questões que lhes atravessam e envolvem, sendo a sua palavra e o seu olhar suficientes em si mesmos. Há que se considerar um conjunto de fatores que lhes são externos e que, embora não anulem as interpretações infantis, exercem influência em seus modos de ser, pensar e agir sobre si, sobre o outro e sobre o mundo.

Ainda no sentido de evidenciar aspectos que devemos considerar nas pesquisas realizadas com e sobre as crianças, Sarmento e Pinto (1997, s/p) chamam a atenção para o que denominam de “reflexividade investigativa”, que nos fazer pensar sobre o que consideramos importante na produção de dados com as crianças. Segundo eles, tal reflexividade

[...] constitui um princípio metodológico central para que o investigador adulto não projecte o seu olhar sobre as crianças, colhendo junto delas apenas aquilo que é o reflexo conjunto dos seus próprios preconceitos e representações. Não há olhares inocentes, nem ciência construída a partir da ausência de concepções pré-estruturadas, valores e ideologias (SARMENTO; PINTO, 1997, s/p).

A discussão desse princípio nos fala da não neutralidade do/a pesquisador/a quando está em relação com as crianças durante as investigações. Há que manter-se,



permanentemente, uma vigilância metodológica e ética para não reduzir o alcance dos conhecimentos produzidos com as crianças sobre determinados fenômenos ou objetos de pesquisa. Trata-se de um vigiar-se, no sentido de buscar não sabotar os dados produzidos com elas, tirando proveito daquilo que parece coadunar com as hipóteses ou argumentos prévios dos adultos e acolhendo o que de surpreendente possa advir das crianças.

Considerando essas provocações de Sarmiento e Pinto (1997), e articulando-as a questionamentos e reflexões feitos pelos autores deste texto em encontros destinados a pensar em pesquisas com crianças, passamos a apresentar outros aspectos que merecem nossa atenção quando se realiza pesquisa nas quais as crianças são copesquisadoras.

Uma premissa nessas pesquisas é que se escute as crianças, conforme indicamos na seção anterior. No entanto, diante disso, perguntamos: que significados de escutar as crianças estão em jogo nessas pesquisas? Ao escutá-las, apenas recolhemos suas ideias e pensamentos ou vamos às últimas consequências em relação ao conteúdo que elas produzem? Por exemplo, estarão os/as pesquisadores/as preparados/as para recuar ou alterar os instrumentos estabelecidos em seus projetos de pesquisa a partir de um questionamento ou uma recusa das crianças? Ou, ainda, produzir dados com as crianças significa que relações de poder ou hierarquizadas estão anuladas? O que está em jogo nessas relações? Como devemos encarar as crianças concretas e nos encarar, como pesquisadores/as, frente aos desafios?

Arenhart (2007), em pesquisa realizada com crianças de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aponta algumas ideias que nos ajudam a perceber possibilidades reais de consideração das crianças nas pesquisas: a ideia de alteridade e a possibilidade de as crianças participarem das estratégias metodológicas que compõem o trajeto da pesquisa, autorizando as técnicas no decorrer da investigação. Tal prática coloca em evidência relações interpessoais, de diálogo, negociação e permissão, por parte das crianças, de que caminhos traçados antecipadamente pelo/a pesquisador/a possam ser acompanhados e referendados, ou não, por elas. Em relação à alteridade, Arenhart (2007, p. 26) afirma que,



A condição da pesquisadora de ser portadora de uma infância, de ter uma criança registrada em seu corpo histórico e presente em sua humanidade, favoreceu crucialmente a construção de uma relação de alteridade entre ela - adulta - e os sujeitos da pesquisa - crianças.

Para Sarmiento e Pinto (1997), esse movimento diz respeito a uma atitude investigativa que coloca o pesquisador em contínuo confronto entre ele mesmo e a radical alteridade do outro. Para os autores, isto requer “o descentramento do olhar do adulto como condição de percepção das crianças e de inteligibilidade da infância” (SARMENTO; PINTO, 1997, s/p).

No que diz respeito à autorização das crianças, Arenhart (2007) apontou o caminho trilhado para se aproximar delas e do seu cotidiano, na direção de, mediante a sua autorização, fazer uso das técnicas previamente indicadas. Na pesquisa realizada, as crianças não só autorizaram como se envolveram com as técnicas de pesquisa, tendo destaque as entrevistas semiestruturadas individuais e coletivas. Segundo Arenhart (2007, p. 28), essa técnica foi a que mais motivou as crianças, “uma vez que o gravador passou a ser um instrumento de curiosidade e de brincar, pois era suporte para brincadeiras de repórter”.

Nessa atividade dinâmica de pesquisa, relações mais abrangentes com as crianças não deixaram de estar presentes, como é o caso da brincadeira e da ludicidade – linguagens usadas por elas para sinalizar seus aceites em relação à técnica de pesquisa. Essa sinalização foi então compreendida e valorizada pela pesquisadora no jogo de relações vivenciado por ela e as crianças.

Esse relato revela escolhas éticas e posturas nas quais, no plano das interações, pode-se verificar a centralidade das crianças, o respeito aos seus modos de ser e às suas escolhas, bem como a materialização de concepções que as considerem agentes capazes de escolher e decidir, atuando como coprodutoras na pesquisa.

Queremos pensar, a partir desse exemplo, mas também em outras situações, as relações de poder ou hierárquicas que podem estar envolvidas entre pesquisador/a e crianças. Rosemberg (2013) chama a atenção para a necessidade de, ao olharmos contextos específicos, não perdermos de vista as relações macroestruturais que atravessam as concepções. Dialogando com e problematizando diretamente os Estudos Sociais da Infância ou a Sociologia da Infância, a autora observa que não podemos esquecer que estão em jogo conflitos, hierarquias e relações de poder, mesmo em



contextos de pesquisa em que há a opção de acolher, respeitar e considerar as vozes das crianças. Recorrendo a Qvortrup, Rosemberg chama atenção para a idealização da criança e do modo como a enxergamos, fomentada por concepções idílicas e pela não consideração de aspectos estruturais. Conforme o autor dinamarquês,

as discussões sobre estrutura ou ação parecem ser abortivas do mesmo modo. As crianças são naturalmente actores numa diversidade de arenas, mesmo onde não é visível ao olhar etnográfico; porém, elas nascem em circunstâncias económicas e culturais que não podem ser justificadas (QVORTRUP *apud* ROSEMBERG, 2013, p. 274).

Essas reflexões se propõem a contribuir com outros textos que também problematizam questões afins, a exemplo do de Carvalho e Nunes (2007). Quando se fala em pesquisas com crianças, vê-se que algumas compreensões foram convertidas em jargão, de tão repetidas. A afirmação de que suas vozes e suas escolhas serão preservadas e consideradas em uma pesquisa precisa, contudo, ser acompanhada de práticas e reflexões que interroguem, permanentemente, os/as pesquisadores/as sobre a radicalidade da adoção dessa perspectiva, e isso vai muito além de instrumentos encaminhados a comitês de ética e capítulos metodológicos em que essa posição seja adotada e declarada. É uma postura que se conquista no esforço reflexivo e prático permanente de se pensar enquanto pesquisador/a no processo, revisitando e reavaliando concepções teórico-metodológicas, sem perder de vista aspectos micro e macroestruturais que estão presentes na pluralidade dos contextos reais e junto aos sujeitos concretos – nesse caso, as crianças – com os quais pesquisamos.

Ao mesmo tempo em que, academicamente, as pesquisas com crianças tem se constituído gradativamente como importantes fontes de dados, surgem também diversos outros vetores que complexificam pesquisas dessa natureza, por considerarmos a agência das crianças durante as investigações. Nesse caso, isso ocorre por tomarmos a agência infantil não somente nos referindo à participação infantil em pesquisas, mas ao fato de essas participações acionarem questões e respostas que incidem e impactam a vida social, transformando-a.

Falamos da seriedade de um movimento científico que é político e ético, pois quando o/a pesquisador/a se relaciona com esse *outro*, que é a criança, assume a responsabilidade e o compromisso de efetivar nas pesquisas um mecanismo integrador



delas com a sociedade. Trata-se de um esforço no qual se atenta para o específico, mas também para o transversal. Na medida que se propõe a “ir junto” com as crianças em investigações científicas, trabalha-se na luta pela efetivação do seu direito de estar presente produtivamente-reflexivamente-criticamente no mundo dos adultos, e, conseqüentemente, na cooperação para que aquelas sejam reposicionadas numa esfera maior, na sociedade como um todo (CARVALHO; NUNES, 2007; FERNANDES, 2015).

Ao considerarmos a importância do cruzamento entre o micro e o macro, o específico e o transversal, tomamos a ideia de territórios da infância (TEBET, 2018), relacionando-o com o território social maior no qual todos/as estão/estamos inseridos. Por exemplo, as crianças do campo vivenciam, dentre outros aspectos, os desafios do acesso à escola infantil; e são singulares também as práticas pedagógicas que se dão nesse contexto educativo específico, conforme apontam pesquisas desenvolvidas por Lacerda (2019) e Souza (2020).

Lacerda (2019) realizou, em sua dissertação de mestrado, uma pesquisa que teve como objeto de estudo as crianças camponesas, seu direito à Educação Infantil e a perspectiva de suas famílias quanto a essa educação. A pesquisa objetivou levantar e problematizar a demanda por Educação Infantil feita pelas famílias de um assentamento localizado no Cariri Paraibano, analisando as características da oferta da referida Educação nesse contexto. Buscou, ainda, compreender que elementos estavam acionados e articulados naquela realidade, os quais se mostravam determinantes nas relações entre a demanda por escola – feita pelas famílias da comunidade pesquisada – e a oferta de uma Educação do/no Campo para seus filhos. Foi necessário, além de ouvir as famílias e as crianças do contexto específico, compreender aspectos mais amplos, relacionados à realidade social e política do assentamento, à luz de sincronias e diacronias que interferiram de modo decisivo no desenho da demanda em momentos históricos diferentes.

A pesquisa de Souza (2020) considerou as crianças como sujeitos centrais, desde a elaboração do objeto de pesquisa, a escolha do campo teórico da Sociologia da Infância entendido como aquele que poderia dialogar melhor com o contexto e os sujeitos investigados –, passando pela eleição de procedimentos metodológicos que respeitassem as crianças durante a produção de dados. Elencaram-se instrumentos apropriados, como desenhos infantis e rodas de conversas, e optou-se pela teoria de



tratamento dos dados e análise, no caso, a Triangulação (DENZIN; LINCOLN, 2006). Tal procedimento analítico se dispõe a considerar as falas – verbais e não verbais – de adultos e crianças simetricamente.

Na referida pesquisa, olhou-se para a relação entre as culturas infantis e a Pré-escola do e no campo, objetivando-se compreender como os agentes educativos que atuam profissionalmente nessa etapa naquele contexto específico viam e viviam as culturas infantis das crianças que residem em área rural nas práticas pedagógicas. O ponto de vista das crianças, somado e entrecruzado com o dos adultos, possibilitou identificar que, por mais que haja a assunção de que as crianças possuem modos de ser e de estar específicos, a escola infantil rural reconhece de modo muito restrito esse aspecto como ponto de partida e mesmo como fundamento para as vivências educativas realizadas no âmbito escolar.

As pesquisas de Lacerda e Souza ilustram a complexidade que está na base do trabalho investigativo com e sobre crianças, reconhecendo a necessária articulação entre agência e estrutura, bem como a clareza dos compromissos éticos e conceituais assumidos, na direção de se buscar uma coerência nas relações de pesquisa construídas com os sujeitos, especialmente quando esses são crianças. Ao mesmo tempo, as pesquisas revelam a trama que está em jogo nos contextos investigados, possível de ser visibilizada, tanto com as crianças e suas revelações ao longo dos trabalhos realizados, como na análise do contexto mais amplo, que vai desde o contexto no qual as crianças estão inseridas e se constituem – assentamento e comunidade rural –, até os contextos social, político e econômico que atravessam as realidades estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou problematizar o lugar das crianças como copesquisadoras. Compreendemos que essa discussão vem sendo realizada por pesquisadores/as de várias áreas do conhecimento; alguns consensos já estão estabelecidos e muitas vezes naturalizados. Buscamos provocar (e nos provocar) quando interrogamos significados e sentidos que precisam ser permanentemente revisitados, na direção de que não se tornem suficientes em si mesmos. Nesse sentido, dizer que a pesquisa vai



escutar as crianças garante a escuta delas de maneira radical? Partir do princípio de que o/a pesquisador/a e crianças serão copesquisadores de uma investigação elimina relações assimétricas e mesmo hierárquicas entre eles/as? Garantir relações mais simétricas no âmbito das relações mais contextualizadas é sinônimo de garantia de que essa simetria aconteça também no plano macroestrutural?

Defendemos que desafios dessa natureza devam constar em discussões e encontros acadêmico-científicos, relatos de pesquisa, artigos, dissertações, teses, evidenciando momentos de recuos, retomadas de percursos e reconsiderações dos/as pesquisadores/as a partir do encontro com as crianças e de como elas se colocam em relação às propostas de levantamento e produção de dados. Já vemos movimentos assim ocorrendo, mas eles devem ser mais recorrentes.

As concepções de criança e infância trazidas pelos quadros teóricos da Sociologia, Antropologia e Pedagogia da Infância contribuíram e contribuem, inegavelmente, para um novo lugar social, político e de direitos do sujeito criança. O mesmo se passa com o/a pesquisador/a que se propõe a pesquisar com elas. Tais concepções têm efeitos em várias esferas, como a da pesquisa – objeto maior de reflexão deste trabalho. É desejável que nos aproximemos cada vez mais dos enunciados que enxergam as crianças como sujeitos plenos, ativos e de direitos e que as pesquisas sejam caminhos para concretizar esse objetivo. Por outro lado, que não percamos de vista o fato de que esses sujeitos estão inseridos em contextos mais amplos, sendo estes também definidores de situações e enunciações vivenciadas e apresentadas por eles.

Assim, concluímos este trabalho realizando um convite, com o qual também nos convidamos: que possamos, cada vez mais, colocarmo-nos enquanto pesquisadores/as que entendem a necessidade de se esforçar continuamente, no intuito de tornar cada vez mais efetiva a presença ativa das crianças nas pesquisas que as envolvem. Para tanto, reforçamos a urgência de pensarmos e repensarmos nossas posturas e práticas com elas, não somente no campo científico, mas, sobretudo, na vida, de um modo geral, reconhecendo nossa necessidade adulta de sermos alcançados por suas peculiares percepções, significações e contribuições. E que, ainda, não percamos de vista que conjunturas também estão presentes e atravessam os sujeitos que pesquisam e são convidados a pesquisar com e sobre as crianças.



REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; Diana, LEVCOVITZ; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Infâncias em Educação Infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 179-197, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/cfMLxpmmX6VCvsqsWHFGfJg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 419-442, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LsQGYMFBX-PLs9J7n76mqZH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ARENHART, Deise. **Culturas infantis e desigualdades sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016. 206 p. ISBN: 978-85-326-5294-2.

ARENHART, Deise. **Infância, Educação e MST** - quando as crianças ocupam a cena. Chapecó: Argos, 2007. 169 p. ISBN: 978-85-98981-66-6.

ARIÈS, Philippe. A descoberta da Infância. In: ARIÈS, Philippe. **História social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 17-31. 224 p. ISBN: 978-8521613473.

BARBOSA, Maria Carmen. Culturas infantis: contribuições e reflexões. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 645-667, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/1870>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BORBA, Angela Meyer. Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: estratégias de participação e construção da ordem social em um grupo de crianças de 4-6 anos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29, 2006, Caxambu. **Anais [...]**, [s.l.] p. 1-16, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2229-Int.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. **Lei de diretrizes e Bases da Educação** nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.796%2C%20DE%204%20DE%20ABRIL%20DE%202013.&text=Alter%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,educa%20. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizes-curriculares_2012.pdf. Acesso em 25 jun. 2021.

BRASIL. **Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do



Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: Pra quê te quero? In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Galdis Elise P. da Silva (org.) **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. 336 p. ISBN: 978-8573077704.

CAMPOS, Maria Malta. Porque é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, Sílvia Helena Vieira (Org.) **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas.** São Paulo: Cortez, 2008. 390 p. ISBN 978-8524914348.

CAMPOS-RAMOS, Patrícia Cristina; BARBATO, Silvine. Participação de crianças em pesquisas: Uma proposta considerando os avanços teórico-metodológicos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 19, n. 3, p. 157-238, jul./set. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/jj/epsic/a/8hxBQdpQ5WvWMBSLQFhc46Q/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CARVALHO, Maria Rosário de; Ângela NUNES. Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007, Caxambu. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st14-5/2893-carvalho-nunes-questoes/file>. Acesso em: 3 jan. 2022.

CASTRO, Liana Garcia. Conhecer os espaços com as crianças: escuta como postura ética. In: KRAMER, Sonia; PENA, Alexandra; TOLEDO, Maria Leonor P. B.; BARBOSA, Silva Néli Falcão. **Ética: pesquisa e práticas com crianças na Educação Infantil.** Campinas: Papyrus, 2019. 254 p. ISBN:978-85-449-0327-8.

CHRISTENSEN, Pia; PROUT, Alen. Working with ethical symmetry in social research with children. **Childhood**, v. 9, n. 4, p. 477-497, 2002. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0907568202009004007>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. ISBN 85-7110-855-2.

CORSARO, William. A. Teorias sociais da infância. In: _____. **Sociologia da infância.** 2. ed., v. 2. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 13-40. 384 p. ISBN 978-0-7619-8751-2.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 351-360, maio/ago. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/GdNZMSwhJTXwFJ3RhbfYjpJ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 12 jun. 2021.

DORNELLES, Leni Vieira; FERNANDES, Natália. Estudos da criança e pesquisa com crianças: nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l., Portugal], v. 15, n. 1, p. 65-78, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/dornelles-fernandes.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN George (org.) **As cem linguagens da criança: a Experiência de Reggio Emilia em Transformação.** Tradução: Marcelo de



Abreu Almeida; Revisão Técnica: Maria Carmem Silveira Barbosa. Porto Alegre: Pense, 2016. 399 p. V. 2. ISBN 978-85-8429-064-2.

FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 66 jul.-set. 2016. p. 759 - 779. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/jqNWVT4RX8dLfNjKbPgNVfj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 jun. 2021.

FERNANDES, Natália. Pesquisa com crianças: da invisibilidade à participação - com implicações na formação de professores?. In: ENS, Romilda Teodora; GARANHANI, Marynelma Camargo (Orgs.). **Pesquisa com crianças e a formação de professores**. Curitiba: PUCPress, 2015. 352 p.

JAMES, Alisson. Dando Voz às vozes das crianças: práticas e problemas, armadilhas e potenciais. **Zero-a-seis**, v. 21, n. 40, p. 759-779, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2019v21n40p219>. Acesso em: 29 dez. 2021.

KELLET, Mary. Children as active researchers: A new research paradigm for the 21st century? **ESRC**, Southampton, National Center for Research Methods, NCRM/003, 2005. Disponível em: <http://oro.open.ac.uk/7539/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

KRAMER, Sonia. Des/acertos, silêncios e conflitos éticos: o que faz com os resultados da sua pesquisa? In: KRAMER, Sonia; PENA, Alexandra; TOLEDO, Maria Leonor P. B.; BARBOSA, Silva Néli Falcão. **Ética: pesquisa e práticas com crianças na Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 2019. 254 p. ISBN: 978-85-449-0327-8.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/LtTkWtfzsbJj8LcPNzFb9zd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

KRAMER, Sonia. Infância e Educação: o necessário caminho de trabalhar contra a barbárie. In: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Gabriela. (org.) **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 1999. 288 p. ISBN 978-8530805715.

LACERDA, Wanessa Maciel Ferreira. **A demanda por Educação Infantil do/no Campo: a perspectiva das famílias do assentamento Zé Marcolino, no Cariri paraibano**. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

MACHADO, Sandro; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Notas de campo: percursos éticos e metodológicos em uma pesquisa com crianças na Educação Infantil. **Humanidades e Inovação**, Palmas-Tocantins, v. 7, n. 28, 2020. p. 159-175. Disponível em: <file:///C:/Users/Gumercindo/Desktop/2039-Texto%20do%20artigo-15454-1-10-20210224.pdf>. Acesso em: 5 de jan. 2022.

PENA, Alexandra; SILVA, Amanda Izaias da; LONTRA, Pedro; TRUGILHO, Rafaela. Aprender a ser: o encontro do eu pesquisador e do eu professor na pesquisa com histórias de vida. In: KRAMER, Sonia; PENA, Alexandra; TOLEDO, Maria Leonor P. B.; BARBOSA, Silva Néli Falcão. **Ética: pesquisa e práticas com crianças na Educação In-**



fantil. Campinas: Papyrus, 2019. 254 p. ISBN:978-85-449-0327-8.

PIRES, Flávia Ferreira. **Os filhos-ausentes e as penosas de São Sebastiãozinho**: etnografia da Festa da Catingueira - PB. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

PIRES, Flávia Ferreira. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 17, 2008, p. 133-151. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/47058>. Acesso em: 5 jan. 2022.

PRADO, Patrícia Dias. Agora ele é meu amigo: pesquisa com crianças, relações de idade, educação e culturas infantis. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias. **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas: Autores Associados, 2011. 210 p. ISBN: 978-85-7496-201-6.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/jj/ep/a/M9Z53gKXbYnTcQVkg9wZS3Pf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

ROCHA, Eloisa A. Candau. Educação e infância: trajetórias de pesquisa e implicações pedagógicas. In: ROCHA, Eloisa, A. C.; KRAMER, Sônia (Org.). **Educação infantil**: enfoques em diálogo. Campinas: Papyrus, 1999. 432 p. ISBN 978-8530809256.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, M. C. et al. (org.). **Oferta e demanda de Educação Infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. 336 p. ISBN 978-85-7727-456-7.

ROSEMBERG, Fúlvia. Narrativas Adultas sobre lugares de vida de crianças brasileiras: infâncias do campo. In: SILVA, Isabel de O. e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves. **Infâncias do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 284 p. ISBN: 978-85-8217-155-4.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil**: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. São Paulo: Ática, 2012. 248 p. ISBN: 9788508155972.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: _____; VASCONCELOS, V.M.R. de. (Org.). **Infância (In) visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/66522/1/Sarmento%202007%20Visibilidade%20Social%20INF%C3%82NCIA%20INVIS%C3%8DVEL%20.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As crianças contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança, 1997. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/SOCl/article/download/56696/51624>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SARMENTO, Teresa; OLIVEIRA, Milena. Investigar com as crianças: das narrativas à construção de conhecimento sobre si e sobre o outro. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 15, p. 1121-1135, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8289/6836>. Acesso em:



4 jan. 2022.

SOUZA, Rayffi Gumercindo Pereira. **Educação Infantil do/no Campo: como a Pré-escola vê e vive as culturas infantis?**. 2020. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Campina Grande, 2020.

SOUZA, Rayffi Gumercindo Pereira de. Mamãe, eu tenho um novo amigo. Ele é grande, mas quer aprender coma gente. In: 39º Reunião Nacional da ANPED, 2019, Niterói-Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_9_8. Acesso em: 1 jan. 2022.

SOUZA, Solange Jobim; CASTRO, Lucia Rabello. Pesquisando com crianças: subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo. In: Cruz, S. H. **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo, Cortez, 2008. p. 52-76. 390 p. ISBN 978-8524914348.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. Territórios de infância e o lugar dos bebês. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 23, n. 3, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/edufoco/article/view/20114>. Acesso em: 5 jan. 2022.

Recebido em: 15/07/2021

Aceito para publicação em: 21/01/2022

